

Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2016 (156 pp., 15,50€, brochado).

Leonardo Aboim Pires

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

leonardopires5@hotmail.com

Os últimos anos têm assistido a um aumento e a um renovado interesse da historiografia pela temática do corporativismo, nas suas múltiplas aceções, desde a sua componente doutrinário-ideológica até à sua concretização no plano económico, mas também nas diversas geografias que este modelo governativo se materializou.

A obra de Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo* inscreve-se nessa renovação académica, constituindo a versão alargada das provas de agregação do autor realizadas na Universidade de Coimbra, em 2014. Mas para lá da origem académica deste trabalho, este constitui uma importante síntese de um objeto de estudo considerado, por Manuel de Lucena, «areia movediça, onde a qualquer momento nos podemos atolar» (p. 7). Em nossa opinião, a publicação deste livro constituiu, simultaneamente, um ponto de chegada, mas também um ponto de partida. Um ponto de chegada da carreira historiográfica de Álvaro Garrido, em grande parte dedicada à temática corporativa, preocupação científica patente na sua tese de doutoramento apresentada, em dois volumes, à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2003 e intitulada *Poder e abastecimentos no salazarismo: o “Bacalhau Corporativo” (1934-1967)*. Como ponto de partida, esta síntese poderá constituir uma base para novos estudos sobre o sistema corporativo, cuja produção académica ainda se encontra numa fase embrionária, por exemplo, no estudo dos organismos de coordenação económica. Como nos refere Fernando Rosas, no prefácio desta obra, este é um “importante e sólido contributo para a clarificação teórica e metodológica do retomar deste domínio da historiografia contemporânea” (p. 15).

Queremos uma economia nova! inicia-se sob o desígnio de conferir textura histórica a um tema que, paulatinamente, tem sido despojado da sua historicidade. As análises da Ciência Política e Sociologia tendem a ocupar-se e a entender o corporativismo sem olhar às suas raízes mais profundas. Esta é uma das problematizações realizadas no primeiro e mais longo capítulo, «O corporativismo como ideia e objeto de estudo» (pp. 17-72). A inversão da tendência em olvidar o corporativismo enquanto categoria

histórica é assinalada pelo autor, reforçando a importância que os trabalhos de Philippe Schmitter tiveram nesse sentido. Este foi o primeiro autor com a preocupação em fornecer uma base histórica aos seus estudos sobre os sistemas de feição corporativa, a que seguiram outros como Howard Wiarda.

Como enuncia Garrido, o corporativismo assenta numa ideia funcional – assegurar a ordem social num determinado espaço e promover a conciliação entre interesses individuais e coletivos –, onde as ciências sociais deverão fazer a distinção entre duas dimensões: o *corporativismo histórico autoritário* e o *neocorporativismo*. Esta separação, a que as análises sobre o corporativismo deverão estar atentas, demonstra que esta mesma plasticidade conceptual era um sinal da diversidade institucional do capitalismo e da própria democracia, onde o corporativismo conseguiu imiscuir e adquirir novas roupagens no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Estas derivações do corporativismo levam a “invocar os corporativismos históricos no mesmo plano dos sociais” (p. 25), situação que deve ser revista do ponto de vista epistemológico.

Mas o autor alerta para que, além de uma análise meramente baseada no método historiográfico, se distinga também o corporativismo enquanto doutrina e estrutura institucional. No primeiro plano, o corporativismo foi considerado, durante a crise do liberalismo, como a forma preferencial de regulação do mercado, limitação da concorrência, e estrutura inibitória da luta de classes que levaria à “integração forçada dos interesses no Estado” (p. 27). Este programa ideológico sustenta a afirmação de Garrido em que os historiadores devem distinguir dois tempos históricos: o corporativismo de *Ancien Régime* e o corporativismo moderno, de feição autoritária. Deste modo, o corporativismo carrega uma herança histórica, marcada pelos condicionalismos de uma época, que não poderão ser relegados para um plano secundário, mas sim entendidos e examinados. Esta situação leva que o autor conclua que “fazer a história do corporativismo obriga a esforços redobrados no escrutínio das autenticidades” (p. 31), a que se deveria acrescentar um esforço metodológico de larga abrangência e interdisciplinar.

A segunda parte da obra, «Os corporativismos históricos do século XX» (pp. 73-83) consiste na súmula dos fatores que contribuíram para que o corporativismo fosse encarado como uma solução para os problemas com que o capitalismo e o sistema liberal se deparavam. Associada a esta questão, Álvaro Garrido reflete, neste capítulo, sobre a economia política subjacente à doutrina corporativa, recorrendo aos argumentos utilizados por Mihail Mainolesco, Ugo Spirito, entre outros. Através da exposição das principais linhas de pensamento dos corporativistas, a compreensão sobre a aceitação que esta doutrina teve nas décadas de 1920 e 1930 torna-se mais clara. A reforma sistémica que o conservadorismo autoritário pretendia executar encontrou expressão

socioeconómica no corporativismo, comungando da noção de subversão da relação entre indivíduo e Estado que o liberalismo consagrara. Neste capítulo é também abordada a receção que esta doutrina recebeu em Portugal, quer antes, quer depois da Segunda Guerra Mundial, bem como as semelhanças e diferenças entre o plano prático e teórico.

O terceiro capítulo «O “corporativismo português” – doutrina, sistema e organização» (pp. 84-98) debruça-se sobre a experiência corporativa decorrida no Estado Novo. Desde logo, invoca a visão de Oliveira Salazar sobre o corporativismo, facto que se revela importante na própria construção e gestão dos organismos corporativos nos anos subsequentes a 1933. Através desta análise, entende-se o estatismo do sistema corporativo português, pois para Salazar “sobre a unidade económica – Nação – move-se o Estado” (p. 87) e o superior interesse do Estado deveria ser válido em qualquer das dimensões da governação do país. Este capítulo analisa também, de forma cuidada, as diversas facetas do corporativismo português enquanto doutrina, onde se verificaram diversas críticas devido ao facto de que “o edifício corporativo português foi menos sistema do que organização” (p. 92). Álvaro Garrido afirma que «O Estado Novo não moldou uma “economia nova”. Antes impôs uma economia dirigida e intervencionada, que se serviu da doutrina corporativa para criar instituições de controlo social e reguladoras do conflito de interesses” (p. 95). Do nosso ponto de vista, esta é uma das principais e mais importantes conclusões que se deve retirar da leitura deste estudo.

O quarto e último capítulo, «A construção política da “economia nacional corporativa” (pp. 99-132) consiste na descrição do processo de corporativização da economia portuguesa considerado como «errático» (p. 99) e que se fez sentir, sobretudo, no sector primário. Enquanto nos capítulos anteriores, o autor analisa e reflete sobre o corporativismo, sobretudo no plano da ideologia, neste capítulo é exposta a paulatina montagem das instituições em Portugal: organismos de coordenação económica (comissões reguladoras, juntas nacionais e institutos), grémios facultativos e obrigatórios, sindicatos nacionais, federações de grémios e sindicatos, casas do povo e casas de pescadores. Nesta análise não é olvidada a questão da previdência corporativa demonstrando que se tratou de um “frágil sistema de segurança social” (p. 126), não obstante a miríade de instituições associadas à protecção social.

Garrido termina a sua obra com algumas conclusões que constituem o quinto e último capítulo (pp. 133-136), convocando os diversos elementos enunciados nos capítulos precedentes. Para o autor, o corporativismo português foi “instrumental e eminentemente social e económico” (p. 135), afastando-se das perspectivas doutrinárias dos anos 30. Assim, converteu-se num corporativismo de Estado, emanado dos desígnios

que visavam preservação do *status quo* político e não do voluntarismo das diversas células que compunham a sociedade portuguesa e o seu tecido produtivo.

Em suma, devemos felicitar a publicação desta obra, tão necessária à compreensão global do Estado Novo, bem como par a sua inserção nos movimentos fascistas que percorram a Europa do entre guerras. Através de uma retórica historiográfica fundamentada em trabalhos científicos recentes, desprendida de atavismos ideológicos, baseada numa reflexão cuidada mas também didática, *Queremos uma economia nova!* dá uma visão clara e sucinta do que foi um dos pilares em que assentou o salazarismo e, posteriormente, o marcelismo e que marcou a economia e sociedade portuguesas durante quase cinco décadas.